


Reseña

"O pensamento de Immanuel Kant" de Mario G. Porta

Gabriel Lemes Duarte 

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Brasil

Recibido: 15/11/2023 Aceptado: 15/01/2024

DOI: 10.5281/zenodo.11127938 

O livro de Mario Porta, *O pensamento de Immanuel Kant*, tem como objetivo ser, em suas próprias palavras, “um curso introdutório ao pensamento de Immanuel Kant em sua dimensão epistemológica e ética” (PORTA, 2023, p. 7). Com este objetivo, Porta se propõe a conduzir o leitor ao entendimento e aprofundamento do problema da *Crítica da Razão Pura* (CRP), a saber, “Por que a física e as matemáticas são possíveis como ciência e não a metafísica?”, ou, como chegará a ser formulado ao decorrer do livro, “Como são possíveis os juízos sintéticos *a priori*?”. O livro se orienta pelo princípio metodológico de que “a compreensão de um autor ou de uma obra filosófica deve concentrar-se na determinação de seu problema e que isso supõe a explicitação dos pressupostos que lhe dão sentido” (PORTA, 2023, p. 8).

Em razão disso, para cumprir com o seu objetivo, o autor se coloca a explicitar os pressupostos que dão sentido ao problema da CRP, desenvolvendo-o e aprofundando-o gradativamente ao longo de seis capítulos, focando primeiro no problema teórico, em seguida no problema prático e por fim no caminho para a solução de ambos, reservando o último capítulo para apresentar o lugar de Kant na história da filosofia e um apêndice para reconstruir o problema a partir de Descartes até chegar à filosofia de Kant.

Os dois primeiros capítulos são destinados ao aspecto teórico do problema da CRP. O primeiro é dedicado à explicitação de certos pressupostos do problema, onde se inicia esclarecendo que nele está pressuposta uma concepção de ciência, física e metafísica. A diferença entre a física e a metafísica é apresentada inicialmente sobre o aspecto de que a primeira é constituída por conhecimento não empírico e a segunda não. A partir desses pressupostos a pergunta “Por que a física é possível como ciência e não a metafísica?” se reformula em “Por que é possível conhecimento não empírico na física e não na metafísica?”. Porta acrescenta ao fim as matemáticas ao esquema, introduzindo o leitor à reformulação kantiana da concepção de matemática em contraposição à concepção de Leibniz.

O segundo capítulo consiste no aprofundamento no problema da CRP e sua dimensão teórica. Nas três primeiras partes do capítulo o foco está em construir o caminho para se compreender o problema da fundamentação da necessidade dos juízos sintéticos *a priori*. A partir da introdução da noção de conhecimento universal e necessário e a distinção entre juízos sintéticos e analíticos, *a priori* e *a posteriori*, são apresentados os pressupostos sobre a fundamentação dos juízos analíticos nos princípios lógicos de identidade e não contradição. Nesta parte do livro o autor visa esclarecer gradativamente que o problema teórico de Kant consiste basicamente em explicar a fonte de uma necessidade que não seja lógico-formal, e, portanto, não analítica, mas sintética (PORTA, 2023, p. 62). Perguntar pela possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*, em especial, na física e nas matemáticas, significa perguntar como são possíveis juízos que, enquanto *a priori*, são necessários, mas, enquanto sintéticos, não são logicamente necessários (PORTA, 2023, p. 62). Em seguida o autor foca em aprofundar a relação do problema teórico com a física, a matemática e a metafísica, considerando aspectos da física de Descartes, Leibniz e Newton como essenciais para a compreensão do problema da CRP.

Porta explica como o grande objetivo de Kant consistia em fundamentar a necessidade dos princípios que eram meramente pressupostos na mecânica newtoniana, explicitando a sua posição contrária às tendências filosóficas a partir de Descartes e Leibniz de fundamentar a física na metafísica (PORTA, 2023, p. 80).

O terceiro capítulo é voltado ao problema da impossibilidade da metafísica como ciência e à exposição da dimensão prática do problema da CRP. Se, por um lado, o problema da CRP inclui a física e as matemáticas, por outro, o seu terceiro elemento fundamental é a metafísica, e, portanto, torna-se necessário explicitar a definição pressuposta de metafísica. O capítulo é iniciado com uma apresentação da corrente da metafísica racionalista e sua relação com o método matemático como um aspecto fundamental para compreender o problema. A pretensão da metafísica era motivada pelo método da matemática, pois, se na matemática a razão consegue produzir conhecimentos puramente racionais (*a priori*), isto é, sem basear-se na experiência, por que ela não poderia fazer o mesmo na metafísica, demonstrando, por exemplo, a existência de Deus e da alma? Ambas pretendem oferecer conhecimentos puramente racionais, contudo, o grande problema é que a metafísica estava pressupondo outra concepção de matemática, a saber, uma concepção analítica, em contraposição à concepção sintética, conforme seria compreendida por Kant. Para Kant, o que as matemáticas fazem é essencialmente diferente do que a metafísica pretende, pois ela não chega em seus resultados a partir da análise do conceito de número, como pensava Leibniz, mas a partir da síntese (PORTA, 2023, p. 91). A partir dos pressupostos sobre a metafísica e da explicitação do problema sobre o que a razão isolada da experiência é capaz de conhecer, o leitor é introduzido às antinomias. Se por um lado a razão falha em produzir conhecimento *a priori* na metafísica, por outro, ela não consegue evitar de se colocar certos problemas, como a existência de Deus e da alma, no entanto, ao tentar responder tais questões, a razão entra em contradição consigo mesma. O capítulo finaliza com a apresentação da dimensão prática do problema da CRP. Se a razão isolada da experiência produz, no âmbito teórico, antinomias, na dimensão prática a razão conhece os princípios básicos da ética.

O quarto e o quinto capítulo têm como objetivo mostrar o caminho para a solução dos problemas práticos e teóricos. Após concluir no último capítulo que “a pergunta ‘por que eu devo?’ não é outra coisa que a pergunta pela objetividade do dever” (PORTA, 2023, p. 109), o quarto capítulo inicia construindo o caminho para se compreender a solução kantiana do problema da fundamentação da universalidade e necessidade na dimensão prática. Com este problema em mente, na primeira parte o autor trata da concepção kantiana de liberdade a partir de uma série de distinções, introduzindo e explicando a diferença entre imperativos hipotéticos e categóricos, as diferentes formulações deste último e suas diferentes formas de aplicação. Em seguida o livro adentra na solução do problema teórico, iniciando com uma apresentação da inversão copernicana como o princípio orientador da solução do problema e da distinção entre fenômeno e coisa em si como um meio de se explicar a possibilidade do conhecimento *a priori* e dissolver as antinomias (PORTA, 2023, p. 121). Ao final do capítulo o autor apresenta a noção de dedução transcendental e mostra como o problema de Kant estava em provar que há uma ordem universal e necessária nos fenômenos, argumentando contra Hume e a impossibilidade de ciência dos fenômenos, e sem apelar para uma instância transcendental, como faziam Descartes e Leibniz (PORTA, 2023, p. 129).

O quinto capítulo propõe apresentar a solução a partir de outro ângulo. O capítulo aprofunda o problema da possibilidade do conhecimento *a priori* na física a partir do esclarecimento do pressuposto de que juízos sintéticos *a priori* apenas são possíveis com respeito a fenômenos, mas não a coisas em si. Ao longo de uma série de distinções, torna-se claro ao leitor que os juízos sintéticos *a priori* que são possíveis na física não são puros, mas contêm também um elemento empírico. Se queremos explicar como são possíveis juízos sintéticos *a priori* na física, então é necessário provarmos que nela é possível aplicar matemática, e, além disso, que os dados sensoriais se adequam às formas *a priori* do sujeito. As próximas partes do capítulo se dedicarão a explicação e aprofundamento desta prova, isto é, a dedução transcendental,

sobre o pressuposto de uma nova concepção de experiência.

O sexto capítulo e o apêndice oferecem uma reconstrução histórico-filosófica do problema da CRP sobre diferentes aspectos. Eles exploram o lugar de Kant na história da filosofia e a sua relação com outros filósofos. A partir da leitura destes últimos, torna-se claro ao leitor o caminho para a construção do problema da CRP na história da filosofia e sua relação com a matemática, a física e a metafísica. Kant constitui a culminação de um processo “anti-metafísico” no contexto da fundamentação das ciências e da ética. O seu grande mérito histórico será fundamentar a epistemologia e a ética sem apelar a nenhuma instância transcendental, ou seja, sem recorrer a Deus como o fundamento último da objetividade do saber e do dever.

Por fim, o livro oferece diferentes resultados a depender da proximidade do leitor com a filosofia e servirá para estudantes de filosofia e não estudantes que apenas desejam conhecer os problemas filosóficos. Ele é construído de maneira espiralar, ou seja, o autor detalha e aprofunda o problema da CRP gradativamente, oferecendo diferentes recursos e elementos gráficos para que o leitor possa compreender e acompanhar o desenvolvimento do problema, o que o torna um livro altamente didático, onde o leitor pode facilmente reconstruir o caminho com o apoio dos recursos gráficos e dos esquemas elaborados ao longo dos capítulos.

Referências bibliográficas

- Porta, M. (2023). *O pensamento de Immanuel Kant*. Brasília, DF: Academia Monergista.

